

Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi¹

Abstract

This article analyzes the behavior of the political elites from Minas Gerais in the context of the First Republic. It searches to emphasize the disputes between these elites relating them with national episodes that occurred in this period, in order to question the hypothesis that affirms that the political elites from Minas Gerais had their apex based mainly in an internal conciliation around a homogeneous and united political party, the Mineiro Republican Party (PRM). The research was based in correspondences found in private archives of several members who belonged to the political elite of Minas, as well as in the press of the period.

Keywords: Minas Gerais - Conciliation - Old Republic

Resumo

Trata-se de uma análise do comportamento das elites políticas mineiras no contexto da Primeira República. Procura-se realçar as disputas interoligárquicas ocorridas no período, buscando relacioná-las aos acontecimentos nacionais, com o fim de relativizar a hipótese de que a elite política mineira teve seu apogeu fundamentado, principalmente, na conciliação interna em torno de um partido monolítico e isento de fissuras, o Partido Republicano Mineiro (PRM). Para este fim, foram pesquisadas correspondências contidas nos arquivos privados de diversos membros que compunham a elite política mineira, além da imprensa do período.

Palavras-chave: Minas Gerais - Conciliação - República Velha

Este artigo pretende apresentar uma síntese acerca da política interna mineira e de sua relação com os grandes eventos nacionais, ocorridos ao longo da Primeira República, nos quais Minas Gerais teve uma participação destacada.

Nossa abordagem se funda em três pilares de sustentação². O primei-

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Em trabalho anterior, tivemos oportunidade de comprovar os pilares a serem citados. VISCARDI, Cláudia M.R. *Teatro do Absurdo: a nova ordem do federalismo oligárquico*. Rio de Janeiro, 1999. 480 p. Tese de Doutorado em História Social do Brasil, IFCS, UFRJ.

ro refere-se à inexistência de uma aliança permanente entre elites mineiras e paulistas ao longo do período; o segundo diz respeito à não vinculação imediata entre interesses cafeeiros e ação política da elite mineira; o terceiro, e o mais importante para os fins deste artigo, refere-se à relativização de uma tese já colocada, de que a projeção política de Minas na Federação resultou da conciliação interna de suas elites, reunidas em torno de um partido monoliticamente estruturado, o Partido Republicano Mineiro (PRM).³

Defendemos o argumento alternativo de que a projeção política nacional de Minas Gerais foi resultante da associação de dois aspectos, a saber: a potencialidade de sua economia aliada a sua grande representação política no Parlamento. Sem contestar o fato de que a relativa união interna do estado foi condição essencial e indispensável a sua projeção nacional, principalmente quando comparada a de outras oligarquias (Rio de Janeiro e Bahia), acreditamos que só este elemento não seria suficiente para alçar Minas às posições galgadas. Ao mesmo tempo, destacaremos momentos em que as disputas internas atuaram como inibidoras de uma ação política mais incisiva por parte do estado.

A política interna mineira ao longo da Primeira República pode ser dividida em três fases. A primeira vai da Proclamação da República ao Governo Silvano Brandão (1889-1898); a segunda vai desse marco ao governo estadual de Arthur Bernardes (1898-1918); a terceira, desse governo à Revolução de 30.⁴

A primeira fase: regionalismo e disputas inter-oligárquicas

Para John Wirth, Minas Gerais era um mosaico composto por sub-regiões muito diferentes entre si. A zona da mata e o sul de Minas

³ Dos inúmeros trabalhos vinculados a esta perspectiva destacamos os seguintes: RESENDE, Maria E. L. de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM, 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG, 1982; FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista na república*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, vs. 1, 2 e 3; BLAISENHEIM, Peter. *A regional history of Zona da Mata in Minas Gerais - Brazil, 1870-1906*. Stanford, 1982. Tese de Doutorado; CAMMACK, Paul. *State and federal politics in Minas Gerais, Brazil*. Oxford, 1980. Tese de Doutorado; LACOMBE, Américo J. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986; MARTINS FILHO, Amílcar. *A economia política do café com leite, 1900-1930*. Belo Horizonte: UFMG, 1981; WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴ Para os limites deste artigo nos limitamos a utilizar, prioritariamente, as fontes que compõem os arquivos privados e, secundariamente, as da imprensa. Foram pesquisados os seguintes arquivos: João Pinheiro (AJP) e Arthur Bernardes (AAB) no Arquivo Público Mineiro - APM; Wenceslau Brás (AWB), Raul Soares (ARS) e Ribeiro Junqueira (ARJ) no CPDOC/FGV; Rodrigues Alves (ARA) e Epitácio Pessoa (AEP) no IHGB; Afonso Pena (AAP) e Afonso Pena Júnior (APJ) no Arquivo Nacional- AN; Rui Barbosa (ARB) na Fundação Casa de Rui Barbosa- FCR, Arquivo do Jornal O Pharol (APH) no Arquivo Histórico da UFFJ - AH e as correspondências de Júlio Bueno Brandão, publicadas em: CASASANTA, Guertino. *Correspondência de Bueno Brandão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958.

eram regiões produtoras de café e de ocupação tardia, em relação às regiões mais antigas do estado. A partir de meados do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira, tais regiões tornaram-se os principais pólos econômicos de Minas. O centro do estado, conhecido como zona metalúrgica, era marcado pela decadência econômica. Tivera seu auge no contexto da exploração aurífera, entre os séculos XVIII e parte do XIX. O triângulo mineiro tinha uma identidade incerta. Pouco povoado e pouco representativo na política do estado, dedicava-se às atividades agropastoris, voltadas para o mercado interno. A região de Campos das Vertentes, cujo auge político e econômico coincidiu com o do centro, apresentava, igualmente, sinais de decadência. As demais regiões do estado viviam da diversificação econômica de caráter endógeno ou constituíam-se em vazios populacionais. Estas diferenças dificultavam muito a união interna do estado. Para Wirth, Minas teria funcionado, politicamente, como um mini-sistema federal. Cabia aos governos estaduais administrarem razoavelmente estas diferenças, impedindo que o estado se desagregasse em unidades territoriais distintas.⁵

É unânime entre os historiadores que pesquisaram a primeira década republicana a concepção de que este período foi marcado por intensas lutas intra-oligárquicas e interregionais, responsáveis por manter o estado alheio às grandes questões nacionais. Tais disputas refletiam os embates travados nacionalmente, além de serem agravadas por circunstâncias e motivações específicas.

Ao levarmos em consideração o panorama político nacional no período, percebemos que a Nação esteve dividida em diversos grupos, que lutavam pelo controle do novo regime, a exemplo dos militares, das oligarquias civis mais hegemônicas, dos monarquistas, dos setores urbanos e etc., conferindo ao regime uma grande instabilidade, manifesta através da Revolta da Armada, da Revolução Federalista e dos movimentos sociais urbanos e rurais (jacobinismo, movimentos restauradores e conflito de Canudos). Os governos de Prudente de Moraes e Campos Sales foram responsáveis pelo progressivo processo de estabilização dos conflitos, pondo fim às revoltas e criando mecanismos institucionais de ordenamento político.⁶

Para fins de análise, sintetizamos as disputas políticas federais em duas circunstâncias, resultantes da contraposição entre diferentes projetos encaminhados por um conjunto diferenciado de atores. A primeira, ocorrida entre 1891 e 1894, esteve marcada pela oposição entre grupos deodoristas e grupos florianistas. A segunda disputa ocorreu entre 1894 e 1898 e foi marcada pela oposição entre antigos florianistas, liderados por Francisco Glicério e anti-florianistas, capita-

⁵ WIRTH, John. *op. cit.* p. 67 e 148.

⁶ LESSA, Renato. *A Invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988. caps. 2 e 3.

neados pela liderança de Prudente de Moraes. O impacto destas divisões no seio da política interna mineira é o que veremos a seguir.

a) Primeira Disputa: Deodoristas X Florianistas

O primeiro palco de disputa intra-oligárquica foi a eleição dos deputados constituintes que comporiam a bancada federal mineira, em 1890. Dois grupos dividiam o estado em chapas opostas: republicanos históricos e adesistas. Um acordo, capitaneado pelo republicano histórico João Pinheiro, o qual detinha um bom trânsito entre os adesistas, viabilizou a construção de uma chapa única, que embora contasse com ampla maioria adesista, havia incorporado os históricos mais radicais. A este respeito manifestou-se o próprio João Pinheiro: *"O elemento mau ficou no seio da representação mineira, elemento de dissolvência, origem da dispersão."*⁷ Para ele, "o elemento mau" eram os republicanos históricos mais radicais, que concentravam-se, sobretudo, em Juiz de Fora, pólo regional da zona da mata.⁸

Cesário Alvim havia sido indicado o primeiro governador de Minas, em função de suas ligações prévias com Deodoro, muito embora não tivesse sido um republicano da propaganda. Passou a liderar em seu estado um grupo que conferia sustentação política ao Presidente da República, o que dividiu internamente as suas bases de sustentação.⁹

O golpe de Estado dado por Deodoro e sua consecutiva renúncia contribuíram para acirrar ainda mais as disputas internas mineiras. Através da pesquisa prosopográfica que empreendemos,¹⁰ pudemos perceber que a grande maioria da elite mineira associou-se ao florianismo após o golpe de Deodoro, (cerca de 60% tornou-se florianista contra 40% de deodoristas). Pôde-se igualmente notar que as regiões da mata e do sul de Minas concentraram o maior número de florianistas (72,15%) e as regiões do centro e campos das vertentes, o maior número de deodoristas (90%). Esta divisão interna refletia as lutas que se travavam no estado desde o final do Império. Os republicanos históricos, concentrados nas regiões cafeeicultoras, tenderam a migrar para o florianismo. Os demais membros da elite mi-

⁷ Carta de João Pinheiro a Bías Fortes de 13 de dezembro de 1890. AJP, caixa 6, série 809, APM.

⁸ A respeito da participação mineira na Constituinte nacional ver: BARBOSA, Francisco de Assis. Minas e a constituinte de 1890. In: MONTEIRO, Norma de G. (org.) *V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1982, p. 91-114.

⁹ Lideravam a oposição a Cesário Alvim dois líderes ligados à propaganda republicana: Fernando Lobo, da zona da mata mineira e Antônio Olinto dos Santos Pires, do norte de Minas.

¹⁰ Para este fim foi selecionado um grupo composto por trinta membros da elite política mineira, com base nos seguintes critérios de seleção: 1) ter tido ação efetiva na definição dos acontecimentos políticos da primeira década republicana; 2) ter ocupado cargos políticos de âmbito estadual ou federal; 3) ter integrado a primeira geração republicana, a qual, segundo as análises de Wirth, foi composta pelos nascidos antes de 1869. Em atenção a estes critérios, foi escolhido um grupo, do qual passamos a acompanhar o seu comportamento, frente a eventos previamente selecionados para análise.

neira, adesistas ou restauradores, concentrados nas regiões central e das vertentes, tenderam a associar-se ao deodorismo, a nível nacional. A vitória nacional do florianismo sobre o deodorismo beneficiou as regiões cafeeiras do estado, ampliando-lhes o domínio político sobre Minas. Em função da derrota interna e da conjuntura nacional desfavorável, os políticos ligados à liderança de Cesário Alvim e de Deodoro passaram a sofrer dura oposição por parte dos adversários, que resultou na renúncia do governador mineiro.¹¹

Assim que assumiu o poder na República, Floriano ameaçou intervir em Minas com o fim de garantir que o controle do estado estivesse nas mãos de seus principais aliados. Porém, um acordo travado entre ele e Afonso Pena garantiu a sua permanência à frente do governo do estado, em troca do compromisso de manter Minas alheia às disputas nacionais. O estado passaria a ser, inclusive, refúgio de exilados do regime.¹²

A liderança da bancada federal mineira passou rapidamente das mãos de João Pinheiro para as de Antônio Olinto, marcando a projeção federal dos florianistas sobre os deodoristas. Fernando Lobo foi alçado à condição de Ministro das Relações Exteriores de Floriano. Com o fim de sedimentar seu poder em Minas, os florianistas mineiros criaram o PRC, Partido Republicano Constitucional, liderado pelos setores mais radicais do grupo. Porém, o partido aglutinava setores mais amplos, tais como florianistas moderados e deodoristas convertidos à nova articulação de poder dominante.

Os numerosos embates travados contra seus opositores enfraqueceram a liderança nacional de Floriano Peixoto. Ao final de seu governo, coube às elites civis paulistas a responsabilidade pela indicação de seu sucessor, a sua revelia. A rejeição dos florianistas radicais mineiros à candidatura civil de Prudente de Moraes resultou na fragilização de seu controle sobre a política interna mineira. Ao assumirem uma postura nacionalmente oposicionista, perderam poder para o novo grupo que se fortalecia no interior do estado, tendo à frente os nomes de Bias Fortes e o do próprio Afonso Pena, ambos favoráveis à hegemonia civil-paulista sobre o novo regime.

b) Segunda Disputa: Prudentistas X Gliceristas

O Partido Republicano Federal (PRF) havia sido criado com o fim de conferir ao governo de Prudente de Moraes uma base sólida de

¹¹ Este movimento contrário teve com maior expressão o movimento separatista ocorrido na cidade de Campanha, que chegou, inclusive, a contar com o apoio direto de Floriano. A este respeito ver: VALADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa* Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937. v. 2; FRANCO, Afonso A. de M. *op. cit.* p. 226-30; WIRTH, John. *op. cit.* p. 155-9. Consta que Floriano teve ativa participação em prol da renúncia de Alvim. Carta de Josino de Brito a João Pinheiro de 7 de dezembro de 1891. AJP, caixa 8, série 1058, APM.

¹² Carta de L. Godofredo a J. Pinheiro de 2 de dezembro de 1891. AJP, caixa 8, série 1055, APM. Carta de Afonso Pena a R. Alves de 20 de abril de 1892. AAP, caixa 6, doc. 163, AN.

sustentação. Era composto pelos mais diferentes grupos republicanos e liderado pelo paulista Francisco Glicério, o qual mantinha ligações com o jacobinismo florianista.¹³

Não tardaram a surgir as primeiras divergências entre o PRF e o Executivo Nacional, opondo as lideranças de Prudente e Glicério. A cisão do PRF teve um impacto muito negativo sobre o projeto de união interna que se esboçava em Minas, a partir da criação do PRC. Os florianistas radicais permaneceram ao lado de Glicério. Os demais postaram-se ao lado do situacionismo federal de Prudente. Através do levantamento prosopográfico realizado, pôde-se perceber que 80% da elite mineira aliou-se nacionalmente ao prudentismo, contra 20% que permaneceu ligada ao florianismo. No que diz respeito às divisões regionais, a zona da mata concentrou a adesão florianista, isolando-se em relação às demais regiões do estado, comprometidas com o situacionismo.

A despeito de sua minoria interna, os florianistas radicais de Minas ainda controlavam 21 das 37 cadeiras parlamentares. Desta forma, somaram esforços às investidas oposicionistas de âmbito nacional, ao lado de líderes como Pinheiro Machado, Rosa e Silva e muitos outros.

Em razão desta situação, Minas Gerais despontava no cenário federal em situação contraditória. A bancada parlamentar mineira constituía-se numa força oposicionista, porém, sem respaldo no interior de seu próprio estado. Desta forma, no processo de sucessão de Prudente de Moraes, a maior parte da bancada mineira cerrou fileiras em torno da candidatura oposicionista, composta pela dupla Lauro Sodré-Fernando Lobo em oposição à candidatura oficial, tendo sido derrotados.

Vencidos nacionalmente, os radicais florianistas mineiros teriam que expurgar em casa a sua ousadia. Os políticos da zona da mata, líderes do movimento no estado, perderam o controle do partido para os políticos sul-mineiros, que em aliança com as demais regiões, afastaram definitivamente os radicais do poder, pondo fim ao florianismo no interior de Minas.

Utilizando-se de uma manobra regimental, o governador eleito pelo PRC, Silviano Brandão, extinguiu o partido, recriando o PRM (Partido Republicano Mineiro) sob novas bases, com a exclusão de todos os radicais da comissão executiva do partido anterior. Aqueles que não quiseram integrar o "novo PRM" caíram no ostracismo ou permaneceram um longo tempo fora da política.¹⁴

¹³ A este respeito ver: ABRANCHES, Dunshee de. *Como se faziam presidentes: homens e fatos no início da república*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973 e WITTER, José S. *Partido político, federalismo e república*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1984.

¹⁴ Aqui nos referimos a: Fernando Lobo, Antônio Olinto, Constantino Paleta, Alexandre Stockler, João Ribeiro, Mendes Pimentel e muitos outros.

Estava estabelecida a paz interna que possibilitaria uma projeção política mais consistente de Minas na Federação. No entanto, como foi visto, esta paz não resultou de um acordo entre os diferentes setores oligárquicos. Mas foi o corolário de um grupo que conseguiu pôr fim às disputas internas, através da eliminação dos vencidos.¹⁵

A segunda fase: a hegemonia sul-mineira

A partir deste período iniciou-se nova fase na política mineira, marcada pelo predomínio dos políticos do sul de Minas sobre o estado e do refluxo do poder da mata. Dos cinco governadores eleitos durante esta fase, quatro foram do sul de Minas.¹⁶

Este predomínio teve sua expressão máxima na definição das novas facções mineiras que passaram a vigorar. Até 1918, a elite política esteve dividida em três grupos, que se reuniram em torno das lideranças personalísticas de Francisco Sales (salistas), Bias Fortes (biistas) e Silviano Brandão (silvianistas, mais tarde, viuvinhas). Das três lideranças, duas eram do sul de Minas e outra das vertentes. Os políticos da mata, que aderiram à nova conformação e não foram lançados no ostracismo, se ligaram, em sua maioria, à facção salista, a qual mantinha suas bases políticas na região.

Muito embora as instabilidades internas tivessem sido arrefecidas, elas não se encerraram de todo. Como veremos, em muitas ocasiões, as dissidências intra-oligárquicas dificultaram a projeção política mineira no cenário federal.

Na análise dos jogos sucessórios que se processaram nesta segunda, fase foi possível perceber que em todos eles as elites políticas mineiras não participaram de forma compactada. Em razão dos limites deste artigo, selecionamos um evento, o da sucessão nacional de Afonso Pena, de forma a ilustrar o nosso argumento.¹⁷

¹⁵ Boa parte da historiografia alega que os políticos do sul e da mata mineiros atuavam em aliança, na vida política do estado, a saber: FRANCO, Afonso A. de M. *op. cit.*; BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; MARTINS FILHO, Amílcar. *op. cit.*; BLAISSENHEIM, Peter. *op. cit.*; WIRTH, John. *op. cit.* RESENDE, Maria E. L. de. *op. cit.* Muito embora não haja espaço para o aprofundamento desta questão, associamo-nos à vertente que destaca a divergência de interesses políticos entre as duas regiões, a despeito de serem ambas produtoras de café. Aqui nos referimos a: SILVA, Vera Alice C. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a Primeira República. IN: MONTEIRO, Norma de C. (org.) *op. cit.* p.145-63.

¹⁶ Foram eles: Francisco Sales, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão e Dellim Moreira. Apenas João Pinheiro constituiu-se em exceção à regra.

¹⁷ As divisões internas a que nos referimos podem ser observadas, em sua totalidade em nossa tese de doutorado, anteriormente citada.

Como já tivemos oportunidade de ressaltar em trabalho anterior, a indicação de Afonso Pena à Presidência da República derivou muito mais de uma articulação de um conjunto de unidades federadas, em torno de seu nome, do que do apoio a ele conferido pelas elites de seu próprio estado.¹⁸

Desta forma, a montagem de seu governo refletiu a ausência de base política interna, capaz de dar sustentação a sua gestão. O Presidente eleito alçou à condição de seus principais articuladores políticos, jovens lideranças, sem contar com a indicação das oligarquias sedimentadas no PRM. Este grupo de jovens políticos emergentes ficou conhecido nacionalmente como "Jardim da Infância". Cabe ainda ressaltar que os políticos que compunham a agremiação eram, em sua maioria, oriundos da zona da mata mineira, região afastada do poder em razão de suas antigas ligações com o florianismo.¹⁹

No jovem agrupamento havia, porém, importante reforço, representado pela liderança de João Pinheiro, alçado à presidência do estado pelas hostes de Francisco Sales. Afastando-se dos principais coronéis mineiros, João Pinheiro sustentava politicamente Afonso Pena, cerrando esforços ao lado dos líderes do Jardim da Infância, com a pretensão de ser indicado pelo Catete à sucessão de Afonso Pena.

Não tardou a associação de interesses entre os velhos coronéis do PRM e o Bloco em oposição ao Jardim da Infância. Esta oposição manifestou-se em variadas ocasiões, ao longo da gestão de A. Pena, mas teve como corolário final a sua sucessão.²⁰

A precoce morte de João Pinheiro interromperia-lhe as pretensões, recaindo a escolha sobre o nome de David Campista, político da zona da mata mineira, ligado ao Jardim da Infância e Ministro da Fazenda de Afonso Pena. Muito embora tivesse o apoio dos paulistas - trocado pela concessão do endosso ao empréstimo que viabilizaria a realização do Convênio de Taubaté - a candidatura não conseguiu decolar em razão da conjunção de dois fatores. O primeiro, foi o veto interno, que partiu das hostes do PRM. O segundo foi o veto externo, que partiu dos estados que compunham o Bloco, já comprometidos

¹⁸ Em nossa tese, ao analisarmos a sucessão de Rodrigues Alves, pudemos comprovar que as lideranças que estavam à frente do PRM apoiaram, até o último momento, a indicação da candidatura paulista de Bernardino de Campos. Porém, coube aos estados que compunham o "Bloco" a responsabilidade pela escolha do líder mineiro. VISCARDI, Cláudia M. R. *op. cit.* Cap. 2.

¹⁹ Faziam parte do Jardim da Infância em Minas Gerais: Carlos Peixoto, David Campista, João Luis Alves, Estevão Lobo, Gastão da Cunha, Melo Franco, Pandiá Calógeras e João Pinheiro. Além desses, políticos mineiros antes ligados ao florianismo radical foram reconduzidos por Afonso Pena à cena política, a exemplo de: Fernando Lobo, Antônio Olinto dos Santos Pires, Estevão Lobo, João Ribeiro e Alexandre Stockler.

²⁰ Entre os mineiros que integraram o Bloco destacavam-se: Wenceslau Brás, Sabino Barroso, Bernardo Monteiro, Astolfo Dutra, Carneiro de Rezende, Leopoldo Bressane e Francisco Sales.

²¹ Por ocasião da morte de João Pinheiro, Júlio Bueno Brandão, político do sul de Minas ligado a Wenceslau Brás e aos antigos silvianistas, assumiu o governo durante cinco meses, na condição de vice-presidente do estado. Foi o tempo suficiente para arbitrar, ele próprio, todo o processo sucessório estadual. Este interlúdio marcou o reforço do controle dos antigos coronéis sobre a política do estado. BARBOSA, Francisco de Assis. *op. cit.* p. 194.

com a indicação da candidatura militar de Hermes da Fonseca.²¹

Quais as razões que explicariam a rejeição dos chefes mineiros à candidatura de David Campista? Tais razões devem ser encontradas no seio das divisões intra-oligárquicas. A indicação de Campista por Afonso Pena não envolveu, em nenhum momento, qualquer tipo de consulta aos grandes chefes políticos de Minas. Eles haviam colaborado pouco para a ascensão de Pena e tinham sido por ele afastados do governo. A vitória do candidato do Catete, mesmo que mineiro, corresponderia a derrota política de velhos coronéis no interior de seu próprio estado.

Em carta a Wenceslau Brás, Francisco Sales justificava o veto à candidatura de David Campista:

Minas deve continuar a ter candidato à Presidência da República mas que apresente pensamento e sentimento mineiros e inspire a confiança à política dominante no estado.(...) O candidato lembrado não satisfaz, a meu ver, essas condições e não é mais do que um representante da vontade do Presidente da República, e como tal, seria equiparado a qualquer candidato não mineiro.²²

Não tardou a adesão dos mais importantes próceres do PRM à candidatura de Hermes da Fonseca, passando o político sul-mineiro, Wenceslau Brás, à condição de candidato à vice-presidência.

Após a eleição de Hermes, as elites sul-mineiras concentraram-se num esforço de distribuição de poder entre suas facções, com o fim de impedir novas ameaças ao controle do PRM sobre a política interna do estado. Desta forma, o poder foi distribuído entre os diferentes grupos. Os silvianistas assumiram o controle sobre o governo do estado, através da presidência de Bueno Brandão. Além disto, indicaram o Presidente da Câmara Federal. Os salistas garantiram o controle sobre a maior parte da comissão executiva do PRM, além de controlar importante Ministério. Aos biistas caberia apenas a representação mineira no PRC, partido nacional criado na condição de braço civil da Presidência da República. Esta união interna viabilizaria, mais tarde, a indicação de um segundo presidente mineiro, Wenceslau Brás.

A terceira fase: ascensão da Mata e crise da República

A ascensão de Arthur Bernardes ao governo de Minas Gerais

²¹ Carta de Francisco Sales a Wenceslau Brás de 15 de dezembro de 1908. AWB, VB PE 521, CPDOC.

marcou uma renovação bastante significativa. Bernardes era da zona da mata mineira e fora alçado à política estadual pelas mãos da facção salista, a qual passou a se opor, tão logo assumiu o poder.

Sua eleição marcou primeiramente uma mudança geracional. A primeira geração de políticos mineiros republicanos era formada pelos republicanos históricos e adesistas, os quais haviam sido responsáveis pela consolidação do novo regime no estado e pela recriação do PRM; a segunda geração, da qual Bernardes fazia parte, era composta de políticos que ingressaram na vida pública, por volta da década de dez, e que teria a sua atuação marcada pelas tentativas de reformas do regime republicano. Muito embora tivessem laços de lealdade e de parentesco com a geração anterior, atuaram como elementos renovadores do regime, muitas vezes em contraposição a seus antecessores.

Muito embora as dissidências inter-regionais não estivessem tão acirradas como nas primeiras décadas republicanas, a gestão de Bernardes no governo de Minas foi marcada pela fragilização dos antigos coronéis sul-mineiros em seu controle sobre o PRM. No lugar deles, Bernardes alçou ao poder políticos da zona da mata, marcando profunda transformação nas bases do antigo partido.

Além da renovação geracional e regional, os dados de David Fleischer apontaram para uma renovação intelectual e profissional dos quadros do partido. A elite teve o seu nível intelectual ampliado e assimilou setores ligados à industrialização do estado.²³

Uma outra modificação importante consistiu na mudança da relação entre o executivo estadual e o PRM. A partir da gestão de Bernardes, o poder da comissão executiva do partido diminuiu consideravelmente, em relação ao poder do chefe do governo estadual. Com isto, Bernardes ampliou sua margem de autonomia. Ao mesmo tempo, através de manobras regimentais, esvaziou o poder dos antigos coronéis no seio do próprio partido, abrindo espaço para a entrada de novos componentes, seus aliados. Através dessas medidas, Bernardes estabeleceu as bases de sua ascensão à Presidência da República em 1922, passando a ter posição destacada no cenário nacional.

Muito embora Bernardes tivesse montado uma estrutura capaz de unificar o PRM e impedir a quebra do monolitismo partidário no estado, a exemplo do que ocorrera com a criação do Partido Democrático de São Paulo, seus sucessores não conseguiram impedir novas defecções no seio da elite mineira.

Tornaram-se nítidas as divisões internas do estado no contexto da sucessão de Washington Luís e da Revolução de 30. A ascensão

²³ FLEISCHER, David V. A cúpula mineira na república velha. In: —, MONTEIRO, Norma de G. (org.) *op. cit.*

de lideranças como as de Antônio Carlos e Melo Viana não agradava aos bernardistas, nem tão pouco, a projeção de uma terceira geração de políticos mineiros, que despontara para a política na década de vinte, mas que só chegaria ao ápice na Era Vargas.²⁴

Impedido de indicar o seu próprio nome à sucessão de 1929, pela falta de apoio interno e externo, Antônio Carlos, então presidente do estado de Minas, limitou-se a articular a candidatura de Vargas, que contou com a oposição de um conjunto expressivo da elite mineira, que sob a liderança de Melo Viana, compôs o movimento conhecido como "Concentração Conservadora".²⁵

Por mais uma vez, Minas Gerais entrava dividida no maior conflito político que vivia a República Velha. Certamente, esta divisão interna contribuiu para a degola dos quatorze deputados mineiros, fator que, entre outros, levou à solução revolucionária em 1930.

Através destas breves notas pudemos acompanhar o comportamento político da elite mineira. O que pretendemos destacar foram os inúmeros momentos em que as divisões internas dos mineiros interferiram sobre uma ação nacional compactada. A partir da análise desses eventos podemos afirmar que a "conciliação mineira" foi mais uma aspiração da elite montanhesa do que uma realidade palpável.

²⁴ Aqui nos referimos a Francisco Campos, Gustavo Capanema, Virgílio de Melo Franco, entre outros.

²⁵ O líder gaúcho Lindolfo Collor afirmaria, mais tarde, que a decisão de Antônio Carlos de abrir mão de seu próprio nome, em prol do de Vargas, fora a grande cartada do líder mineiro, tal o nível de incompatibilidade que seu nome possuía no âmbito de seu próprio estado. MONTEIRO, Norma de G. A revolução de 30: Vargas e sua luta pela hegemonia política de Minas. In: - IV SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 165. Acerca das resistências de Bernardes à candidatura Antônio Carlos ver carta de Nestor Z. Passo a Washington Luis em 20 de março de 1933, publicada em: SOUZA NETO, Washington Luis P. de. Participação de Artur Bernardes na revolução de 30. In: - VI SEMINÁRIO *op.cit.*, p. 153. Acerca da ação da Concentração Conservadora ver: FRANCO, Alfonso A. de M. *op. cit.*, p. 1343-4; WIRTH, John. *op. cit.* p. 153, 155, 224 e 226; FRANCO, Virgílio de M. *Outubro, 1930*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 133-40.